

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

Capítulo 1

PRINCÍPIOS	35
1. Princípios aplicados ao Processo do Trabalho	35
1.1. Princípio do devido processo legal	36
1.2. Princípio da igualdade	38
1.3. Princípio do contraditório e da ampla defesa	38
1.4. Princípio da publicidade	41
1.5. Princípio da duração razoável do processo	43
1.6. Princípio da primazia da decisão de mérito	48
1.7. Princípio dispositivo / inércia da jurisdição	51
1.8. Princípio do impulso oficial / inquisitivo	56
1.9. Princípio da instrumentalidade das formas	58
1.10. Princípio da preclusão	60
2. Princípios do Processo do Trabalho	61
2.1. Princípio da proteção	62
2.2. Princípio da conciliação	69
2.3. Princípio da oralidade	71
2.4. Princípio do <i>jus postulandi</i>	74
2.5. Princípio da irrecorribilidade de imediato das decisões inter-locutórias	74

CAPÍTULO 2

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	77
1. Parte geral	77
2. Jurisdição	78
2.1. Conceito	78
2.2. Características	79
2.2.1. Inércia	79
2.2.2. Imparcialidade	80
2.2.3. Substitutividade	80

2.2.4.	Definitividade.....	80
2.2.5.	Unicidade.....	80
2.3.	Princípios da Jurisdição	81
2.3.1.	Inafastabilidade	81
2.3.2.	Indelegabilidade.....	82
2.3.3.	Indeclinabilidade.....	82
2.3.4.	Inevitabilidade	82
2.3.5.	Territoriedade.....	83
2.3.6.	Juiz natural.....	83
2.4.	Classificação.....	83
2.4.1.	Jurisdição contenciosa	84
2.4.2.	Jurisdição voluntária.....	84
2.4.2.1.	Homologação de acordo extrajudicial – Art. 855-B da CLT	85
2.4.3.	Jurisdição comum.....	89
2.4.4.	Jurisdição especial	89
3.	Competência	89
3.1.	Introdução.....	89
3.2.	Classificação da competência.....	90
3.3.	Competência em razão da matéria e pessoa.....	92
3.3.1.	Relação de trabalho.....	93
3.3.1.1.	Avulso.....	94
3.3.1.2.	Trabalho eventual	95
3.3.1.3.	Trabalho autônomo.....	96
3.3.1.3.1.	Trabalho autônomo – UBER.....	97
3.3.1.4.	Honorários dos profissionais liberais.....	99
3.3.1.4.1.	Honorários profissionais dos corretores de imóveis.....	100
3.3.1.4.2.	Honorários contratuais dos advogados	101
3.3.1.5.	Contratos de empreitada.....	104
3.3.1.6.	Residência médica.....	106
3.3.2.	Relação de emprego.....	108
3.3.3.	Empregado público	109
3.3.3.1.	Relação de emprego regida pela CLT	109
3.3.3.2.	Relação estatutária regida por Lei própria.....	110
3.3.3.3.	Temporários	111
3.3.3.4.	Cargos em comissão.....	113
3.3.4.	Ações que envolvam exercício do direito de greve.....	115
3.3.5.	Ações sindicais	120
3.3.5.1.	Ação de representação sindical	120

3.3.6.	Mandados de segurança, habeas corpus e habeas data ..	122
3.3.6.1.	Mandados de segurança	122
3.3.6.1.1.	Cabimento do mandado de segurança	128
3.3.6.1.2.	Não cabimento do mandado de segurança	151
3.3.6.1.3.	Competência funcional	174
3.3.6.1.4.	Prazo do mandado de segurança ..	175
3.3.6.1.5.	Necessidade de contratação de um advogado	178
3.3.6.1.6.	Pedido de liminar	179
3.3.6.1.7.	Honorários de sucumbência	180
3.3.6.1.8.	Recursos nas ações de mandado de segurança	180
3.3.6.2.	Habeas data	182
3.3.6.3.	Habeas corpus	183
3.3.6.3.1.	Exemplo de cabimento	184
3.3.6.3.2.	Competência funcional e recursos	187
3.3.7.	Ações de indenizações por danos nos acidentes do trabalho	188
3.3.7.1.	Ações de acidente do trabalho	189
3.3.7.2.	Ações de indenizações por danos ocorridos nas fases pré-contratual e pós-contratual	191
3.3.7.3.	Ações de indenizações por danos ocorridos durante o contrato de trabalho	195
3.3.8.	Ações relativas as penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	196
3.3.8.1.	Ações anulatórias de débito fiscal	196
3.3.8.2.	Ações executórias	205
3.3.9.	Execução das Contribuições Sociais	207
3.3.9.1.	Contribuição Social dos salários do pacto laboral	207
3.3.9.2.	Contribuição previdenciária do SAT – Seguro Acidente do Trabalho	215
3.3.9.3.	Contribuição previdenciária de terceiros	216
3.3.10.	Outras competências da Justiça do Trabalho	217
3.3.10.1.	Homologação de acordo extrajudicial	217
3.3.10.2.	Ações contra o empregador referente ao cadastramento do PIS	220
3.3.10.3.	Meio ambiente do trabalho	221

3.3.10.4.	FGTS.....	222
3.3.10.5.	Seguro desemprego	223
3.3.10.6.	Quadro de carreira.....	223
3.3.10.7.	Complementação de aposentadoria	226
3.3.10.8.	Inquérito para apuração de falta grave.....	227
3.3.10.8.1.	Necessidade de ajuizar o inquérito judicial	228
3.3.10.8.2.	Desnecessidade do inquérito judicial.....	233
3.3.10.8.3.	Prazo para ajuizamento do inquérito.....	236
3.3.10.8.4.	Requisitos para ajuizamento da ação de inquérito.....	239
3.4.	Incompetência da Justiça do Trabalho.....	240
3.5.	Competência funcional	245
3.5.1.	Competência funcional das Varas do Trabalho.....	246
3.5.2.	Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho	249
3.5.3.	Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho.....	251
3.6.	Competência territorial	260
3.6.1.	Regra: local de prestação dos serviços – CLT, Art. 651, caput	261
3.6.2.	Agente ou viajante comercial	263
3.6.3.	Competência internacional da Justiça do Trabalho.....	264
3.6.4.	Empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho.....	264
3.6.5.	Outras exceções	264
3.6.5.1.	Domicílio do autor.....	264
3.6.5.2.	Foro do domicílio do menor de idade herdeiro, em caso de falecimento do empregado	268
3.6.6.	Impossibilidade de o juiz conhecer de ofício a incompetência relativa em razão do lugar.....	269
3.6.7.	Cláusula de eleição de foro	270

Capítulo 3

ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES PROCESSUAIS 273

1.	Normas gerais dos atos processuais	273
2.	Classificação dos atos processuais.....	274
2.1.	Atos das partes	274

2.1.1.	Atos unilaterais e bilaterais.....	275
2.1.2.	Desistência da ação.....	275
2.1.2.1.	Desistência do recurso	277
2.1.2.2.	Desistência da execução	278
2.2.	Atos do juiz.....	278
2.3.	Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	279
3.	Do tempo da prática dos atos processuais	279
4.	Prazos processuais	283
4.1.	Classificação dos prazos	283
4.1.1.	Legais, judiciais e convencionais	283
4.1.2.	Peremptórios e dilatórios	285
4.1.3.	Próprio e impróprios	285
4.1.4.	Comum e particular.....	286
4.2.	Contagem dos prazos	286
4.3.	Prazos diferenciados	290
4.3.1.	Fazenda Pública – Pessoas jurídicas de direito público	290
4.3.2.	Ministério Público e Defensoria Pública	292
4.3.3.	Litisconsorte com procuradores diferentes.....	292
5.	Interrupção e suspensão dos prazos	292
5.1.	Suspensão dos prazos	293
5.2.	Interrupção dos prazos	294
6.	Principais prazos processuais	294
7.	Comunicação dos atos processuais.....	296
7.1.	Comunicação entre juízos.....	296
7.2.	Comunicação entre juízos e partes.....	297
7.2.1.	Citação.....	297
8.	Despesas processuais.....	301
8.1.	Custas processuais.....	302
8.1.1.	Fase de conhecimento.....	302
8.1.1.1.	Pagamento das custas.....	303
8.1.1.2.	Aproveitamento das custas.....	303
8.1.2.	Fase de execução	306
8.1.3.	Guia de pagamento das custas	308
8.1.4.	Erro no preenchimento da guia das custas.....	309
8.1.5.	Pagamento a menor do valor das custas na fase recursal...	311
8.1.6.	Isentos de pagar custas	312
8.2.	Pagamento dos honorários periciais	314

Capítulo 4

PARTES	317
1. Conceito	317
2. Capacidade	317
2.1. Capacidade de ser parte	318
2.2. Capacidade processual	319
2.3. Capacidade postulatória.....	322
3. Substituição processual	324
3.1. Introdução	324
3.2. Exemplos de substituição processual na Justiça do Trabalho	325
4. Sucessão processual das partes	329
4.1. Pessoa física	329
4.2. Pessoa jurídica.....	332
5. Litisconsorte	333
5.1. Conceito	333
5.2. Requisitos	333
5.3. Classificação.....	334
5.4. Princípio da autonomia dos litisconsortes.....	338

Capítulo 5

AÇÃO TRABALHISTA	341
1. Conceito	341
2. Requisitos processuais necessários à concretização da tutela de mérito ...	342
3. Elementos da ação	343
3.1. Parte.....	343
4. Causa de pedir.....	344
5. Pedido.....	345
5.1. Interpretação do pedido	349
5.1.1. Pedido heterotópico	350
5.2. Pedido certo, determinado e líquido	352
5.2.1. Pedido genérico	354
5.3. Pedido alternativo	354
5.4. Cumulação de pedidos.....	356
5.5. Alteração ou aditamento do pedido.....	357
6. Ausência de um dos elementos da ação	357
7. Pressupostos processuais	358

Capítulo 6

JUSTIÇA GRATUITA	363
1. Introdução.....	363
2. Justiça gratuita para pessoa física.....	364
3. Justiça gratuita para pessoa jurídica.....	371
4. Momento para solicitar o benefício da justiça gratuita.....	372
5. Concessão de ofício do benefício da justiça gratuita.....	373
6. Indeferimento do benefício da justiça gratuita.....	373
7. Abrangência do benefício no Processo do Trabalho.....	374
7.1. Introdução.....	374
7.2. Honorários periciais.....	374
7.3. Honorários de sucumbência.....	375
7.4. Preparo dos recursos.....	382
8. Não abrangência.....	382
8.1. Arquivamento da ação por ausência na audiência inaugural e pagamento de custas.....	382
8.2. Multas processuais.....	385
8.2.1. Litigância de má-fé.....	386
9. Impugnação do benefício da justiça gratuita.....	387
10. Recurso.....	388

CAPÍTULO 7

PETIÇÃO INICIAL TRABALHISTA	389
1. Introdução.....	389
2. Reclamação verbal.....	389
3. Reclamação escrita.....	391
3.1. Requisitos da petição inicial.....	391
4. Aditamento da petição inicial.....	394
5. Indeferimento petição inicial.....	395
5.1. Emenda da petição inicial.....	396
6. Desistência da ação.....	397
Tutela Provisória	398
7. Introdução.....	398
8. Principais novidades criadas pelo CPC de 2015.....	400
9. Disposições comuns entre as tutelas provisórias.....	401
9.1. Custas.....	401
9.2. Eficácia da tutela.....	401

9.3.	Medidas para efetivação da tutela provisória	401
9.4.	Fundamentação	402
9.5.	Competência para apreciação da tutela provisória.....	402
9.6.	Momento para concessão da tutela.....	403
9.6.1.	Contraditório na concessão da tutela provisória.....	403
10.	Requisitos da tutela provisória de urgência.....	404
10.1.	Exigência de caução	405
10.2.	Reversibilidade	405
11.	Modalidades da tutela provisória de urgência	407
11.1.	Da tutela cautelar	407
11.1.1.	Formas de requerimento da medida cautelar	409
11.1.1.1.	Antecedente.....	409
11.1.1.2.	Em conjunto com o pedido principal ou incidentalmente	411
11.2.	Da tutela antecipada	412
11.2.1.	Formas de requerimento da medida antecipada	412
11.2.1.1.	Antecedente	412
11.2.1.2.	Em conjunto com o pedido principal ou incidental.....	415
11.3.	Tutela de evidência.....	416
12.	Fungibilidade entre as medidas	417
13.	Tutela provisória e recurso	418
14.	Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência	419



Capítulo 8

DEFESA DO RECLAMADO	421
1. Introdução	421
2. Contestação	422
2.1. Princípio da eventualidade / concentração	423
2.1.1. Novas teses de defesa após contestado	424
2.2. Teses de defesas.....	424
2.3. Princípio da impugnação específica.....	428
3. Exceções	432
3.1. Exceção de incompetência relativa em razão do lugar	432
3.1.1. Introdução	432
3.1.2. Prazo	433
3.1.3. Suspensão do processo principal.....	433
3.1.4. Prazo para manifestação da exceção	433
3.1.5. Produção de provas.....	434

3.1.6.	Recurso da decisão da exceção	434
3.2.	Exceção de suspeição e impedimento	435
3.2.1.	Introdução	435
3.2.2.	Diferença entre o impedimento e a suspeição	436
3.2.3.	Situações que geram o impedimento e a suspeição	437
3.2.4.	Prazo para alegar o impedimento e a suspeição	439
3.2.5.	Procedimento da exceção	439

CAPÍTULO 9

AUDIÊNCIA TRABALHISTA	441
1. Noções introdutórias	441
2. Principais princípios da audiência Trabalhista	442
2.1. Concentração dos atos processuais.....	442
2.2. Publicidade dos atos processuais	443
2.2.1. Atos que vão tramitar em segredo de justiça.....	445
2.2.1.1. Consulta dos autos dos processos que trami- tam em segredo de justiça	447
2.2.2. Gravação da audiência.....	447
2.3. Oralidade dos atos processuais.....	452
2.4. Conciliação	453
2.4.1. CEJUSC-JT	457
2.5. Necessidade da audiência	464
3. Tipos de audiência trabalhista.....	465
4. Prazo mínimo entre a notificação (citação) e a realização da audiência.....	466
4.1. Prazo para particulares em juízo.....	466
4.2. Prazo do Ministério Público do Trabalho em juízo	469
4.3. Prazo da Fazenda Pública em juízo	469
5. Data e local das audiências	470
6. Notificação da parte reclamada	471
6.1. Presunção de notificação.....	473
7. Designação das audiências.....	474
8. Comparecimento do juiz na audiência.....	474
9. Comparecimento das partes em audiência	476
9.1. Reclamante – Autor da ação.....	476
9.1.1. Ausência do reclamante na audiência inaugural.....	479
9.1.1.1. Arquivamento da ação x pagamento de custas..	480
9.1.1.2. Isenção das custas	482

9.1.1.3.	Honorários de sucumbência em caso de arquivamento.....	491
9.1.1.4.	Perempção.....	494
9.2.	Reclamado – Réu da ação	499
9.2.1.	Preposto.....	500
9.2.1.1.	Carta de preposto	501
9.2.1.2.	Preposto x conhecimento dos fatos.....	503
9.2.2.	Revelia.....	506
9.2.2.1.	Revelia – Ausência do preposto x presença do advogado.....	508
9.2.2.2.	Revelia x Pessoa Jurídica de Direito Público ...	508
9.2.2.3.	Efeitos da revelia.....	510
9.2.2.4.	Efeito formal	511
9.2.2.5.	Inaplicabilidade dos efeitos da revelia.....	514
9.3.	Atraso da parte na audiência / sessão inaugural	523
9.3.1.	Atraso ínfimo (minutos).....	524
10.	Adiamento da audiência	541
10.1.	Atraso ou ausência do advogado	543
10.2.	Atraso ou ausência da testemunha.....	549
10.2.1.	Regra – adiamento para intimação	549
10.2.2.	Exceção – audiência não vai ser adiada.....	554
11.	Registro das audiências.....	557



Capítulo 10

PODER DE POLÍCIA	559
1. Introdução.....	559



Capítulo 11

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO	
PASSO A PASSO	561
1. Audiência passo a passo.....	561
1.1. Pregão.....	561
1.2. Qualificação das partes.....	561
1.3. Tentativa de conciliação	562
1.4. Apresentação de defesa	562
1.5. Impugnação de documentos.....	563
1.6. Oitiva do reclamante e da reclamada	566
1.7. Oitiva das testemunhas	567

1.8. Determinação de prova pericial.....	570
1.9. Alegações finais e a última tentativa de conciliação	570
1.10. Decisão.....	573

Capítulo 12

PROTESTO JUDICIAL ANTIPRECLUSIVO 575

1. Considerações iniciais	575
2. Desnecessidade de renovação do protesto em alegações finais.....	576
3. Ausência de formalidade	579
4. Preclusão.....	580

CAPÍTULO 13

MEIOS DE PROVA..... 589

1. Introdução.....	589
2. Prova como direito fundamental.....	589
3. Provas lícitas.....	591
3.1. Provas ilícitas	599
4. Prova casual.....	601
5. Inexistência de hierarquia entre as provas	602
6. Finalidade da prova.....	604
7. Requerimento de produção de provas.....	611
8. Provas inúteis ou protelatórias.....	612
9. Fatos que não dependem de prova.....	615
10. Distribuição do ônus probatório	616
10.1. Regra – Teoria estática do ônus da prova	616
10.2. Exceção – Teoria dinâmica do ônus da prova	617
10.3. Análise de casos práticos	625
10.3.1. Ônus da prova na equiparação salarial.....	625
10.3.2. Ônus da prova do recebimento da notificação	627
10.3.3. Ônus da prova do término do contrato de trabalho	628
10.3.3.1. Caso 1	628
10.3.3.2. Caso 2	629
10.3.3.3. Caso 3	630
10.3.3.4. Caso 4	631
10.3.4. Ônus da prova do salário família	633
10.3.5. Ônus da prova do pagamento do salário	634

10.3.6.	Ônus da prova do pagamento do salário “por fora” do contracheque.....	636
10.3.7.	Ônus da prova nos casos de acúmulo de função.....	637
10.3.8.	Ônus da prova sobre a jornada de trabalho	638
10.3.8.1.	Impugnação do cartão de ponto	641
10.3.8.2.	Invalidez do cartão de ponto com horário de entrada e saída uniforme.....	642
10.3.8.3.	Pedido de diferença de horas extras.....	644
10.3.8.4.	Alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo pela empresa	645
10.3.9.	Ônus da prova de feriado local no ato da interposição do recurso.....	648
10.3.10.	Ônus da prova nas dispensas discriminatórias	649
10.3.11.	Ônus da prova do vale transporte	650
10.3.12.	Ônus da prova do depósito do FGTS	650
10.3.13.	Ônus da prova nos descontos salariais	651
10.3.14.	Ônus da prova da conduta culposa da administração pública na responsabilidade subsidiária	652
11.	Valoração das provas	655
12.	Prova empatada/dividida.....	656
13.	Alteração da ordem de produção de provas	658
14.	Espécies de prova.....	658
14.1.	Prova documental	658
14.1.1.	Documentos públicos e particulares.....	659
14.1.2.	Boletim de ocorrência.....	660
14.1.3.	Presunção de veracidade dos documentos particulares.....	665
14.1.4.	Autenticação de documentos pelo advogado.....	668
14.1.4.1.	Documentos no PJe – Processo judicial eletrônico	668
14.1.5.	Momento para a juntada de documentos no processo... ..	670
14.1.5.1.	Juntada de documentos na fase recursal.....	675
14.1.6.	Grande volume de documentos x PJe – Processo judicial eletrônico	676
14.1.7.	Juntada de mídia – DVD/CD	677
14.1.8.	Cuidado ao juntar fotos no processo.....	678
14.1.9.	Juntada de conversas de aplicativos de celular – e-mails – imagens das redes sociais	679
14.1.10.	Incidente de falsidade documental	683
14.1.10.1.	Falsidade material	684
14.1.10.2.	Falsidade ideológica	685
14.1.10.3.	Ônus da prova no incidente de prova documental.....	685

14.1.11. Exibição de documento ou coisa	686
14.1.11.1. Consequências pela não exibição dos documentos pela parte	687
14.1.11.2. Documento em poder de terceiro	688
14.1.11.3. Requisitos do pedido de exibição	688
14.2. Prova emprestada	690
14.2.1. Requisitos para aceitação da prova emprestada	692
14.3. Depoimento das partes	694
14.3.1. Depoimento da parte x confissão	698
14.3.1.1. Confissão espontânea e provocada	698
14.3.1.2. Conhecimento dos fatos pelo preposto	699
14.3.1.3. Ausência de confissão nos fatos indisponíveis ..	701
14.3.1.4. Ônus da prova na confissão	702
14.3.1.5. Confissão feita pelo litisconsorte	702
14.3.2. Ausência da parte na audiência / sessão que ia depor ...	703
14.3.2.1. Confronto de confissões	705
14.3.2.1.1. Ausência do reclamante e não juntada de cartão de ponto pela reclamada	705
14.3.2.1.2. Confissão x empregador pessoa física falecida	710
14.3.2.2. Irrevogabilidade da confissão	711
14.3.2.3. Indeferimento do depoimento das partes	711
14.3.2.4. Interrupção do contrato de trabalho	715
14.4. Prova testemunhal	716
14.4.1. Incapacidade, impedimento e suspeição da testemunha	716
14.4.1.1. Conversa entre advogado e testemunhas antes da audiência	717
14.4.1.2. O preposto como testemunha	718
14.4.1.3. Ausência de suspeição da testemunha que litiga contra o empregador	722
14.4.1.4. Testemunha que litiga contra o mesmo empregador com a mesma causa de pedir e pedido	725
14.4.1.5. Troca de favores x suspeição	727
14.4.1.6. Testemunha que exerce cargo de confiança na empresa	730
14.4.1.7. Suspeição x amizades nas redes sociais	734
14.4.1.8. Testemunha menor de 18 anos	739
14.4.2. Indeferimento de prova testemunhal	740
14.4.3. Oitiva da testemunha como informante	742

14.4.4.	Ausência de hierarquia da prova testemunhal sobre as demais provas.....	745
14.4.5.	Quantidade de testemunhas.....	747
14.4.5.1.	Litisconsorte e quantidade de testemunhas ...	748
14.4.6.	Desnecessidade de entrega de rol prévio de testemunhas.....	748
14.4.6.1.	Exceção	753
14.4.7.	Dispensa da testemunha por ausência de documento de identificação.....	757
14.4.8.	Deveres da testemunha em juízo.....	760
14.4.8.1.	Crime de falso testemunho e multa.....	761
14.4.9.	Testemunha x silêncio em juízo	762
14.4.10.	Contradita da testemunha.....	763
14.4.11.	Testemunha não pode ouvir o depoimento da outra testemunha.....	765
14.4.12.	Acareação de testemunhas	766
14.4.13.	Substituição de testemunha	768
14.4.14.	Incidente de falsidade de prova testemunhal – impossibilidade.....	771
14.5.	Prova pericial	773
14.5.1.	Necessidade do uso da prova pericial	773
14.5.2.	Elementos do laudo pericial	774
14.5.3.	Prova pericial x rito sumaríssimo.....	775
14.5.4.	Prova pericial x revelia	775
14.5.5.	Perito	778
14.5.5.1.	Perito fisioterapeuta.....	779
14.5.5.2.	Substituição do perito.....	782
14.5.6.	Dispensa da prova pericial	782
14.5.7.	Juntada de documentos na perícia.....	787
14.5.8.	Juiz x vinculação ao laudo pericial	788
14.5.9.	Prova pericial x NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico....	791
14.5.10.	Solicitação de nova perícia	796
14.5.11.	Procedimento da prova pericial.....	796
14.6.	Inspeção judicial	798
15.	Julgamento antecipado parcial de mérito.....	799
15.1.	Introdução	799
15.2.	Cabimento	801
15.3.	Momento para solicitar o julgamento.....	804
15.4.	Liquidação do pedido.....	805
15.5.	Autos suplementares.....	805
15.6.	Recurso.....	806

15.7. Reforma ou anulação da decisão parcial.....	808
15.8. Preparo do recurso	809
15.9. Execução provisória.....	810
15.10. Execução definitiva.....	811
15.11. Competência para executar a decisão parcial do mérito	812

Capítulo 14

SENTENÇA.....	813
1. Conceito	813
2. Classificação da sentença	816
3. Limites da sentença	817
4. Estrutura da sentença.....	823
4.1. Relatório.....	823
4.2. Fundamentação	824
4.3. Dispositivo.....	826

Capítulo 15

COISA JULGADA.....	829
1. Coisa julgada formal e material.....	829
2. Limites da coisa julgada	830
2.1. Limites subjetivos	830
2.2. Limites objetivos.....	831
3. Coisa julgada nas ações de trato continuado.....	832
4. Dos efeitos da coisa julgada criminal no Processo do Trabalho	833
5. Decisões judiciais	838
5.1. Decisões irrecorríveis no Processo do Trabalho	839

Capítulo 16

TEORIA GERAL DOS RECURSOS	841
1. Conceito de recurso	841
2. Características dos recursos.....	841
2.1. Voluntariedade	841
2.2. Remessa necessária	841
2.3. Mesma relação processual	844
2.4. Modificação do julgado.....	845
3. Princípios recursais	845

3.1.	Duplo grau de jurisdição	845
3.2.	Taxatividade	846
3.3.	Singularidade / Unirrecorribilidade	847
3.4.	Fungibilidade	849
3.5.	Dialeticidade	853
3.6.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	856
3.7.	Irrecorribilidade de imediato das decisões interlocutórias	857
4.	Classificação dos recursos	861
4.1.	Quanto a extensão da matéria.....	861
4.2.	Quanto a fundamentação	862
4.3.	Quanto a independência	863
4.3.1.	Recurso Adesivo	863
4.3.1.1.	Requisitos cumulativos do recurso adesivo	864
5.	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	867
6.	Multa por recurso protelatório	869
7.	Recurso cabível das decisões que denegam seguimento dos recursos	871
8.	Pressupostos recursais	873
8.1.	Pressupostos intrínsecos / subjetivos	873
8.1.1.	Cabimento	873
8.1.2.	Legitimidade	874
8.1.2.1.	Legitimidade das partes	874
8.1.2.2.	Legitimidade do advogado	875
8.1.2.3.	Legitimidade do terceiro.....	878
8.1.2.4.	Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	879
8.1.3.	Interesse recursal.....	880
8.1.3.1.	Improcedência pela insuficiência de prova	881
8.1.3.2.	Interesse recursal eventual.....	882
8.1.4.	Inexistência de atos de disposição do direito de recorrer ...	888
8.1.4.1.	Desistência do recurso.....	888
8.1.4.1.1.	Poderes especiais na procuração..	892
8.1.4.1.2.	Consentimento da outra parte	893
8.1.4.1.3.	Desistência dos embargos de declaração e interrupção do prazo....	893
8.1.4.2.	Renúncia ao direito de recorrer	895
8.1.4.3.	Aceitação da decisão / preclusão lógica	896
8.2.	Pressupostos extrínsecos / objetivos.....	903
8.2.1.	Tempestividade	904
8.2.1.1.	Prazo dos recursos trabalhistas.....	904
8.2.1.2.	Prazo em dobro.....	905

8.2.1.3.	Contagem do prazo.....	907
8.2.1.4.	Início do prazo	908
8.2.1.4.1.	Atraso na publicação da sentença ...	910
8.2.1.4.2.	Recurso extemporâneo.....	912
8.2.1.4.3.	Intimação nos casos de revelia.....	913
8.2.1.5.	Início da contagem do prazo	913
8.2.1.6.	Possibilidade de prorrogação do prazo	915
8.2.1.6.1.	Prorrogação do último dia de prazo em decorrência de feriado local ou forense.....	915
8.2.1.7.	Recurso intempestivo	916
8.2.1.8.	Justa causa	917
8.2.1.9.	Suspensão do prazo recursal.....	922
8.2.1.10.	Interrupção do prazo recursal	923
8.2.2.	Adequação.....	924
8.2.3.	Representação.....	924
8.2.3.1.	Recursos que necessitam de advogados	924
8.2.3.2.	Habilitação do advogado.....	925
8.2.3.2.1.	Mandato tácito	926
8.2.3.2.2.	Mandato verbal	929
8.2.3.3.	Recurso apresentado por advogado sem pro- curação.....	931
8.2.3.4.	Recurso apresentado por advogado com procuração ou substabelecimento irregular ...	937
8.2.3.5.	Representação com poderes limitados	940
8.2.4.	Preparo.....	941
8.2.4.1.	Desnecessidade do pagamento da multa por litigância de má-fé.....	942
8.2.4.2.	Prazo para pagamento do preparo	943
8.2.4.2.1.	Exceção	944
8.2.4.3.	Deserção	945
8.2.4.3.1.	Complemento do preparo	948
8.2.4.3.2.	Digitalização das guias do preparo.....	949
8.2.4.4.	Depósito recursal.....	953
8.2.4.4.1.	Constitucionalidade do depósito recursal.....	953
8.2.4.4.2.	Valor do depósito recursal.....	953
8.2.4.4.3.	Ações que necessitam do depósito recursal	956
8.2.4.4.4.	Depósito recursal x multas nas obrigações de fazer (astreintes)....	957

8.2.4.4.5.	Depósito recursal x condenações apenas em honorários sucumbenciais.....	958
8.2.4.4.6.	Depósito recursal x condenações apenas em honorários periciais	960
8.2.4.4.7.	Guia para pagamento do depósito recursal.....	962
8.2.4.4.8.	Substituição do depósito recursal ...	967
8.2.4.4.9.	Pagamento do depósito recursal por terceiro estranho a lide.....	971
8.2.4.4.10.	Recursos que dependem de depósito recursal.....	972
8.2.4.4.11.	Recursos que independem de depósito recursal.....	972
8.2.4.4.12.	Quem deve pagar o depósito recursal.....	973
8.2.4.4.13.	Quem não vai pagar o depósito recursal.....	973
8.2.4.4.14.	Quem vai pagar o depósito recursal com desconto de 50%	981
8.2.4.4.15.	Possibilidade de o litisconsorte aproveitar o depósito recursal.....	981
8.2.4.5.	Custas	982
8.2.4.5.1.	Valor das custas no processo de conhecimento.....	983
8.2.4.5.2.	Quem deve pagar as custas.....	985
8.2.4.5.3.	Pagamento das custas por terceiro estranho a lide.....	985
8.2.4.5.4.	Quem não vai pagar as custas	987
8.2.4.5.5.	Guia para pagamento das custas ...	991
8.2.4.6.	Custas processuais em caso de inversão de sucumbência.....	992
8.2.4.6.1.	Valor das custas na fase de execução.....	993
8.2.5.	Assinatura do recurso	994
8.2.5.1.	Ausência total de assinatura.....	994
8.2.5.2.	Assinatura do recurso pelo preposto da empresa.....	995
9.	Efeito dos recursos.....	995
9.1.	Efeito devolutivo.....	995
9.1.1.	Proibição da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	997
9.1.2.	Efeito devolutivo em profundidade/vertical	997

9.1.2.1.	Pedido não analisado em sentença	1001
9.2.	Efeito suspensivo	1002
9.2.1.	Requisitos da peça de requerimento do efeito suspen- sivo	1003
9.2.2.	Endereçamento da peça	1003
9.2.3.	Efeito suspensivo de ofício pelo Tribunal	1004
9.3.	Efeito translativo	1004
9.4.	Efeito expansivo	1006
9.4.1.	Expansivo subjetivo	1006
9.4.2.	Expansivo objetivo	1007
9.5.	Efeito substitutivo	1008
10.	Poderes do relator	1009
11.	Protocolo do recurso via PJE – Processo Judicial eletrônico	1011
11.1.	Erro no registro do nome da peça no sistema PJE	1011
11.2.	Juntada de peça via PJE em instância equivocada/órgão diverso	1014
12.	Juntada de novos documentos	1017



Capítulo 17

RECURSOS EM ESPÉCIE	1019
1. Recurso ordinário	1019
1.1. Prazo	1020
1.2. Cabimento	1021
1.2.1. Sentença do juiz	1021
1.2.2. Decisões do TRT	1021
1.2.3. Decisão do juiz que acolhe a exceção de incompetên- cia territorial	1023
1.2.4. Decisões do juiz que julgam parcialmente o mérito	1024
1.2.5. Acordo judicial	1026
1.2.5.1. INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	1026
1.2.5.2. Partes	1026
1.3. Efeitos do recurso	1028
1.4. Preparo	1029
1.5. Ordem das alegações	1029
1.5.1. Preliminares	1029
1.5.2. Prejudiciais de mérito	1030
1.5.3. Defesas de mérito	1031
1.5.3.1. Fato novo	1031
1.6. Contrarrazões	1032

1.6.1.	Prazo	1033
1.6.2.	Ordem das alegações.....	1033
2.	Recurso de Revista	1035
2.1.	Prazo	1036
2.2.	Pressuposto específico	1037
2.2.1.	Prequestionamento.....	1037
2.2.2.	Transcendência.....	1038
2.2.3.	Representação por advogado	1050
2.3.	Competência para julgamento	1050
2.4.	Cabimento	1051
2.4.1.	Rito Ordinário (Causas com valores acima de 40 Salá- rios Mínimos)	1051
2.4.1.1.	Divergência na interpretação da Lei Federal...	1052
2.4.1.2.	Divergência ocorre na interpretação de norma estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa e regulamento de empresa, desde que a norma extrapole o âmbito de um regional.....	1055
2.4.1.3.	Violação literal da Lei Federal ou da Consti- tuição Federal.....	1056
2.4.2.	Rito Sumaríssimo (Causas com valores até 40 Salários Mínimos)	1056
2.4.3.	Fase de execução	1057
2.4.4.	Reexame necessário e o recurso de revista.....	1058
2.5.	Deveres do recorrente	1058
2.6.	Não cabimento do recurso de revista	1059
2.6.1.	Para reexame de fatos e provas.....	1059
2.6.1.1.	Exceção	1059
2.6.2.	Jurisprudência ultrapassada	1063
2.6.3.	Divergência oriunda do mesmo Tribunal	1063
2.6.4.	Acórdão de competência originária do TRT	1063
2.6.4.1.	Exceção	1064
2.6.5.	Acórdão proferido em agravo de instrumento.....	1064
2.6.6.	Decisão monocrática.....	1065
2.7.	Efeitos do recurso de revista.....	1065
2.8.	Preparo.....	1066
3.	Embargos de divergência	1066
3.1.	Prazo	1067
3.2.	Pressuposto específico	1068
3.2.1.	Prequestionamento.....	1068
3.2.2.	Representação por advogado	1068

3.3.	Cabimento	1068
3.3.1.	Rito Ordinário (Causas com valores acima de 40 Salários Mínimos)	1069
3.3.2.	Rito Sumaríssimo (Causas com valores até 40 Salários Mínimos)	1070
3.3.3.	Fase de execução	1070
3.4.	Não cabimento.....	1070
3.4.1.	Para discussão de fato e de direito.....	1070
3.4.2.	Decisão com vários fundamentos.....	1071
3.4.3.	Decisões de agravo	1071
3.4.4.	Jurisprudência ultrapassada	1072
3.5.	Efeitos do Recurso	1072
3.6.	Preparo.....	1072
4.	Embargos de declaração	1073
4.1.	Prazo	1073
4.2.	Cabimento	1074
4.2.1.	Omissão.....	1074
4.2.1.1.	Prequestionamento	1075
4.2.1.2.	Omissão no juízo de admissibilidade do recurso de revista.....	1076
4.2.2.	Contradição	1077
4.2.3.	Obscuridade.....	1077
4.2.4.	Manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso	1077
4.2.5.	Erro material	1078
4.3.	Efeito modificativo / infringente	1078
4.3.1.	Contrarrazões / Manifestação	1079
4.4.	Preparo.....	1079
4.5.	Competência para julgamento	1080
4.6.	Interrupção do prazo para outros recursos.....	1080
4.7.	Efeito suspensivo	1084
4.8.	Oposição simultânea com outros recursos e ratificação	1084
5.	Agravo de instrumento.....	1085
5.1.	Prazo	1086
5.2.	Cabimento	1086
5.3.	Interposição	1088
5.3.1.	Retratação.....	1088
5.4.	Competência para julgamento	1088
5.5.	Preparo.....	1089
5.6.	Formação do instrumento	1090
6.	Agravo de petição.....	1091

6.1.	Cabimento	1091
6.1.1.	Agravo de petição da sentença que homologa cálculos nos termos do art. 879 da CLT	1097
6.1.2.	Agravo de petição da decisão que acolhe ou não a prescrição intercorrente.....	1100
6.1.3.	Agravo de petição da decisão que inclui o devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT.....	1102
6.1.4.	Agravo de petição na execução provisória	1102
6.2.	Prazo	1103
6.3.	Preparo.....	1106
6.3.1.	Custas	1106
6.3.2.	Depósito recursal.....	1108
6.3.3.	Dispensa da garantia do juízo no agravo de petição.....	1111
6.4.	Requisitos específicos do agravo de petição.....	1113
6.4.1.	Delimitação de matérias	1113
6.4.2.	Delimitação de valores.....	1114
6.4.2.1.	Desnecessidade de delimitação de valores	1116
6.5.	Efeitos do recurso	1117
6.5.1.	Qual o procedimento do pedido do efeito suspensivo....	1119
6.5.2.	Recurso cabível da decisão que denegar ou deferir o efeito suspensivo.....	1120
6.6.	Competência para julgamento do agravo de petição	1120
7.	Agravo regimental.....	1121
7.1.	Cabimento	1121
7.2.	Prazo	1122
7.3.	Preparo	1122
7.4.	Efeitos do Recurso	1122



Capítulo 18

EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO		1123
1.	Introdução	1123
2.	Princípios da execução.....	1123
2.1.	Princípio da execução voltada para o interesse do exequente ...	1124
2.2.	Princípio da patrimonialidade	1125
2.3.	Princípio da utilidade	1126
3.	Formas de execução.....	1127
4.	Títulos executivos.....	1127
5.	Omissão da CLT e aplicação subsidiária de outras normas	1129
6.	Início da fase de execução x reforma trabalhista do ano de 2017.....	1130

7.	Decisões que necessitam da fase de execução.....	1134
7.1.	Conceito de sentença.....	1135
7.2.	Classificação das sentenças.....	1135
8.	Fases da execução	1136
9.	Fase de liquidação	1136
9.1.	Introdução	1136
9.2.	Violação da coisa julgada	1137
9.2.1.	Exceção – Juros de mora, correção monetária e des- contos fiscais.....	1140
9.2.2.	Dedução de valores sob o mesmo título/rubrica	1141
9.3.	Modalidades de liquidação.....	1146
9.3.1.	Liquidação por cálculos.....	1147
9.3.2.	Liquidação por arbitramento	1147
9.3.3.	Liquidação por artigos.....	1148
9.4.	Apresentação dos cálculos.....	1148
9.4.1.	Aplicação da correção monetária.....	1148
9.4.2.	Aplicação dos juros de mora	1154
9.4.2.1.	Juros de mora x astreinte	1159
9.4.2.1.1.	Explicação sobre o tema astreintes.....	1160
9.5.	Desconto das contribuições fiscais	1171
9.5.1.	Incompetência do Juízo do Trabalho	1172
9.5.1.1.	INSS do pacto Laboral – vínculo reconhecido em juízo	1172
9.5.1.2.	INSS de Terceiros.....	1176
9.5.2.	Verbas que não são tributadas	1177
9.5.2.1.	Alimentação, prêmio, ajuda de custo, abonos e diárias para viagem	1177
9.5.2.2.	Parcelas do §9º do art. 28 da Lei 8.212/91	1178
9.5.2.3.	Indenização por Danos Morais e Materiais.	1181
9.5.2.4.	Indenização substitutiva do período estabe- litário	1181
9.5.2.5.	Aviso prévio indenizado	1182
9.5.2.6.	Juros de mora.....	1184
10.	Impugnação aos cálculos	1184
10.1.	Impetração do mandado de segurança.....	1185
10.2.	Impugnação específica.....	1186
10.3.	Preclusão	1188
10.3.1.	Erro material x preclusão	1189
10.4.	Irrecorribilidade da decisão	1190

10.5.	Início do prazo para impugnação caso o executado não apresente embargos à execução.....	1197
10.6.	Impugnação aos cálculos de sentença líquida.....	1198
10.7.	Ação de repetição de indébito	1199
10.8.	Ação anulatória – não cabimento.....	1200
10.9.	Ação Rescisória – cabimento	1202
11.	Resumo do procedimento.....	1204
12.	Fase de constrição	1205
12.1.	Introdução	1205
12.2.	Citação na execução.....	1206
12.3.	Do arresto cautelar	1207
12.4.	Início da fase de constrição.....	1208
12.4.1.	Meios indiretos de execução	1209
12.4.1.1.	Determinar a inclusão do executado no SPC\ Serasa.....	1211
12.4.1.2.	Determinar o protesto	1212
12.4.1.3.	Determinar a inclusão do executado no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT)	1214
12.4.1.4.	Bloqueio de CNH – Carteira Nacional de Habilitação dos proprietários da executada....	1214
12.4.2.	Meios diretos de execução	1217
12.4.2.1.	Penhora – Conceito e efeitos.....	1217
12.4.2.1.1.	Avaliação do bem penhorado	1220
12.4.2.1.2.	Bens absorvidos pelas custas da execução.....	1221
12.4.2.1.3.	Bens penhoráveis – preferência....	1222
12.4.2.1.4.	Penhora <i>on-line</i>	1225
12.4.2.1.5.	Programas para auxiliar o juiz na penhora de bens.....	1227
12.4.2.1.6.	Penhora de crédito do executado.	1229
12.4.2.1.7.	Penhora no rosto dos autos.....	1231
12.4.2.1.8.	Penhora de saldo remanescente...	1232
12.4.2.1.9.	Penhora de imóveis ou de veículos	1232
12.4.2.1.10.	Penhora de faturamento da empresa	1234
12.4.2.1.11.	Penhora nos bens da empresa sucessora	1238
12.4.2.1.12.	Penhora nos bens do sócio.....	1249
12.4.2.1.13.	Responsabilidade do sócio oculto	1263

12.4.2.1.14. Responsabilidade do sócio retirante.....	1265
12.4.2.1.15. Penhora nos bens dos herdeiros...	1267
12.4.2.1.16. Penhora sobre a meação do cônjuge.....	1268
12.4.2.1.17. Penhora nos bens da empresa responsável subsidiariamente	1271
12.4.2.1.18. Penhora de bens de empresa do grupo econômico que não figurou na lide	1275
12.4.2.1.19. Penhora de bem indivisível.....	1280
12.4.2.2. Bens impenhoráveis.....	1284
12.4.2.2.1. Penhora do salário, da aposentaria, das remunerações, das pensões, da poupança e etc.	1285
12.4.2.2.2. Impenhorabilidade do bem de família.....	1294
12.4.2.2.3. Impenhorabilidade do veículo alienado fiduciariamente.....	1305
12.4.2.2.4. Impenhorabilidade do veículo utilizado como táxi	1308
12.4.2.3. Modificação da penhora	1309
13. Fase de expropriação	1309
13.1. Introdução	1309
13.2. Alienação antecipada dos bens.....	1310
13.3. Remição da dívida.....	1312
13.3.1. Momento para solicitar a remição da dívida	1312
13.3.2. Legitimidade para solicitar a remição da dívida	1315
13.4. Adjudicação.....	1316
13.4.1. Divergência do valor da execução com o valor do bem penhorado	1318
13.4.2. Momento para adjudicar o bem	1318
13.5. Alienação por iniciativa particular.....	1320
13.6. Arrematação	1323
14. Defesas do executado	1332
14.1. Embargos à execução	1332
14.1.1. Prazo dos embargos à execução	1332
14.1.1.1. Início do prazo dos embargos à execução.....	1333
14.1.2. Garantia do juízo para embargar.....	1335
14.1.3. Competência para julgamento dos embargos à execução.....	1340
14.1.4. Efeito suspensivo dos embargos à execução.....	1341

14.1.5.	Principais teses de defesa dos embargos à execução	1341
14.1.5.1.	Prescrição intercorrente	1343
14.1.5.2.	Falta ou nulidade de notificação.....	1345
14.1.5.3.	Excesso de execução	1347
14.1.5.4.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1351
14.1.5.5.	Decisão fundada em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.....	1353
14.1.5.6.	Impenhorabilidade do bem de família	1354
14.1.5.7.	Não aplicação da multa de 10% prevista no art. 523, §1º do CPC	1355
14.1.5.8.	Impugnação à sentença de liquidação	1356
14.1.5.8.1.	Pela executada	1356
14.1.5.8.2.	Pelo exequente	1357
14.1.6.	Rejeição liminar dos embargos	1358
14.2.	Exceção de pré-executividade.....	1359
14.2.1.	Introdução	1360
14.2.2.	Suspensão da execução	1360
14.2.3.	Matérias alegadas na exceção de pré-executividade.....	1361
14.2.4.	Requisitos para apresentar exceção de pré-executividade	1363
14.2.5.	Processamento da exceção de pré-executividade.....	1364
14.2.6.	Possibilidade de recurso da exceção de pré-executividade	1365
14.2.7.	Penalidade por apresentar exceção de pré-executividade com intuito protelatório	1371
14.3.	Impugnação da expropriação	1372
15.	Extinção da execução	1373
15.1.	Possibilidades de extinção da execução	1373
15.1.1.	Desistência da execução.....	1374
15.1.1.1.	Anuência do executado	1375
16.	Outros temas relevantes.....	1376
16.1.	Acordo na fase de execução	1376
16.1.1.	Faculdade do juiz na homologação do acordo.....	1376
16.1.2.	INSS sobre o valor do acordo	1377
16.1.3.	Não aplicação da OJ 376 da SDI1 do TST na execução provisória.....	1378
16.2.	Reunião de execuções	1379
16.3.	Parcelamento da dívida – art. 916 do CPC	1381
16.3.1.	Aplicação ao Processo do Trabalho.....	1381

16.3.2. Requisitos do parcelamento	1384
16.3.3. Consequência pelo inadimplemento.....	1385
16.4. Execução de empresa em recuperação judicial ou de empresa falida.....	1386
16.4.1. Execução dos sócios da empresa falida ou em recuperação judicial.....	1393
16.5. Execução de empresas em liquidação extrajudicial	1396
16.6. Prisão por dívida de natureza trabalhista	1397
16.7. Execução da multa imposta à testemunha.....	1399
16.8. Fraude à execução.....	1401
16.8.1. Principais fraudes à execução	1403
16.8.1.1. Alienação de bens após a citação válida no processo.....	1403
16.8.1.1.1. Ônus de provar a boa-fé do terceiro que adquiriu o bem.....	1405
16.8.1.2. Alienação de bens quando já tiver sido averbado no registro de imóveis ou de veículos a execução trabalhista	1406
16.8.1.3. Fraude à execução sem averbação.....	1410
16.8.1.4. Compra de bens do sócio antes de desconsiderar a personalidade jurídica da empresa	1410
16.9. Fraude contra credores	1415
16.9.1. Diferença entre fraude contra credores e fraude à execução	1417
16.9.1.1. Incompetência da justiça do trabalho	1417
16.10. Execução provisória.....	1419
16.11. Cessão de crédito trabalhista	1425
16.11.1. Cabimento na Justiça do Trabalho.....	1426
16.12. Preclusão <i>pro judicato</i>	1432
BIBLIOGRAFIA.....	1439